

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura
e Produção de Textos

Mirian Vanessa Lopes Oliveira

DIREITOS HUMANOS NA REDAÇÃO DO ENEM:
uma proposta prática para professores do ensino médio

Belo Horizonte

2023

Mirian Vanessa Lopes Oliveira

**DIREITOS HUMANOS NA REDAÇÃO DO ENEM:
uma proposta prática para professores do ensino médio**

Monografia de especialização apresentada à Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniervelin Renata MarquesPereira

Belo Horizonte

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DA ALUNA MIRIAN VANESSA LOPES OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 13 de outubro de 2023, às 14:00 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Direitos Humanos na redação do Enem: uma proposta prática para professores do ensino médio, apresentado por MIRIAN VANESSA LOPES OLIVEIRA, número de registro 2020741622, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Daniervelin Renata Marques Pereira - Orientadora, Profa. Andreza Santos Xavier Rodrigues de Carvalho, Profa. Bárbara Amaral da Silva.

A Comissão considerou o Trabalho:

(X) Aprovado

() Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2023.

Profa. Daniervelin Renata Marques Pereira (Doutora)
Profa. Andreza Santos Xavier Rodrigues de Carvalho (Mestra)
Profa. Bárbara Amaral da Silva (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Daniervelin Renata Marques Pereira, Professora do Magistério Superior**, em 19/10/2023, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Amaral da Silva, Usuário Externo**, em 19/10/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Santos Xavier de Carvalho, Usuário Externo**, em 25/10/2023, às 22:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2710634** e o código CRC **23BC049F**.

RESUMO

O presente trabalho parte da reflexão sobre a importância da educação em direitos humanos e da discussão sobre os desafios do ensino em direitos humanos acentuados por impasses de ordem político-ideológica. Com importantes implicações sobre esse tema no Brasil, tem-se a redação do Enem, importante forma de ingresso ao ensino superior que acontece anualmente. Tendo em vista a importância de trabalhar os direitos humanos na educação básica e a carência de materiais sobre o assunto, apresenta-se uma proposta prática direcionada ao professor do ensino médio para abordagem do tema através de produções de infográficos pelos estudantes, contemplando os multiletramentos a partir do referencial teórico de Paiva e Gomes (2021). Tal proposta parte dos sete princípios que regem a correção da redação do Enem, presentes nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Além de apresentar informações históricas e sociais sobre os direitos humanos, este trabalho de monografia apresenta como produto a proposta prática que pretende contribuir para a reflexão crítica sobre o assunto e para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade e aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: direitos humanos; redação do Enem; língua portuguesa; infográfico.

ABSTRACT

This work begins with a reflection on the importance of human rights education and a discussion on the challenges of teaching human rights accentuated by political-ideological impasses. With important implications on this topic in Brazil, there is the writing of the Enem, an important form of entry to higher education that takes place annually. Bearing in mind the importance of working on human rights in basic education and the lack of materials on the subject, a practical proposal is presented aimed at high school teachers to approach the topic through the production of infographics by students, covering multiliteracies to based on the theoretical framework of Paiva and Gomes (2021). This proposal is based on the seven principles that govern the correctness of the Enem wording, present in the National Guidelines for Education in Human Rights. In addition to presenting historical and social information about human rights, this monograph presents as a product a practical proposal that aims to contribute to critical reflection on the subject and to the promotion of a culture of respect for diversity and fundamental rights.

Keywords: human rights; Enem writing; língua portuguesa; infographic.

LISTA DE SIGLAS

CF 3 Constituição Federal de 1987

DUDH 3 Declaração Universal dos Direitos Humanos

EDH 3 Educação em Direitos Humanos

Enem 3 Exame Nacional do Ensino Médio ESP 3 Associação Escola Sem Partido

Inep 3 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira ONU 3 Organização das Nações Unidas

Prouni 3 Programa Universidade para Todos Sisu 3 Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Direitos naturais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	12
2.2 Desafios para a educação em direitos humanos.....	16
2.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	20
2.4 O Enem, a redação e a polêmica da Escola Sem Partido.....	22
3 MULTILETRAMENTO, MULTIMODALIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	30
4 PROPOSTA DIDÁTICA PARA ABORDAGEM DOS DIREITOS HUMANOS PELA CRIAÇÃO DE INFOGRÁFICOS.....	35
4.1 Orientação da proposta.....	35
4.2 Proposta didática 3 orientações ao professor e à professora	36
4.3 Objetivos da proposta prática.....	38
4.4 Objetivos de aprendizagem para os estudantes.....	39
4.5 Gênero infográfico (Aulas 1 e 2)	40
4.5.1 O que é infográfico e por que produzir?.....	40
4.5.2 Tema dos infográficos: sete princípios dos Direitos Humanos (Aulas 3 e 4)	44
4.6 Esboço à mão livre (Aula 5)	49
4.7 Metodologia e Recursos (Aula 6)	50
4.7.1 Apresentação do Canva para a produção do infográfico	50
4.8 Avaliação (Aula 7)	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXO 1	61

1 INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), representa um marco na história da humanidade, consagrando princípios fundamentais de dignidade, liberdade e igualdade para todos os seres humanos. Desde então, os direitos humanos têm sido uma pauta central nas discussões sobre justiça social e proteção dos indivíduos em todas as esferas da sociedade. Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Este trabalho de monografia tem como objetivo geral refletir acerca da importância da educação em direitos humanos, através de sua abordagem na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Como objetivos específicos, definimos: 1) apresentar e discutir os desafios enfrentados no Brasil para a consolidação do ensino em direitos humanos, acentuados por impasses de ordem político-ideológica; 2) a partir de temas ligados aos direitos humanos, elaborar e apresentar uma proposta prática para produção do gênero infográfico sobre direitos humanos, fundamentadas por teorias pedagógicas de metodologia ativa, direcionada ao professor da educação básica.

A pesquisa tem como ponto de partida para fundamentação a teoria jusnaturalista de John Locke, seguindo a contextualização histórica dos direitos humanos. Em Locke (1994), todos nascemos com os mesmos direitos, ou seja, os direitos humanos são um pressuposto inerente a todos, desde o seu nascimento e antecede ao Estado. Locke (1994) defende a ideia de que direitos humanos são *direitos naturais*, inalienáveis e fundamentais que todos os seres humanos possuem simplesmente por serem seres humanos. São direitos anteriores à formação de governos ou sociedades e incluem principalmente o direito à vida.

Compreendemos como a teoria de John Locke está distante da realidade diante dos conflitos humanos que violam os direitos em busca do poder através dos tempos. Anos depois da promulgação dos Direitos

Humanos, o Brasil ainda está distante de desfrutar na prática dos princípios que o embasavam. Vivemos mais de duas décadas de regime militar em que muitos foram silenciados, perdendo, além do direito de expressão, o direito à vida, dentre tantos outros direitos. Assim, a teoria dos direitos naturais ainda está distante da realidade.

Conquistada através de muitas lutas de movimentos sociais, em busca de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária, a Constituição Federal (CF) de 1988 representou um avanço significativo na proteção e garantia dos direitos humanos. É a Carta Magna dos direitos e deveres nacionais, que estabelece e garante os direitos humanos ao cidadão brasileiro. Em seu artigo V, prevê os direitos fundamentais individuais e coletivos em que estão incluídos direitos sociais, políticos e jurídicos que incluem direito à vida, à liberdade, à segurança e à educação, entre outros.

O direito à educação é defendido na DUDH e na Constituição de 1988. Logo depois da CF de 1988, no ano seguinte, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente que garante a proteção e os direitos das crianças e adolescentes, dentre eles o direito à educação. Também foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que regulamentou a educação brasileira. Fernandes e Paludeto (2010) reforçam o entendimento sobre direito à educação, como um direito humano. De acordo com as pesquisadoras:

É na educação como prática de liberdade, na reflexão, que o indivíduo toma para si seus direitos como fatos e realidade. O grande diferencial, neste momento, encontra-se no processo educativo, ou seja, na transmissão de conhecimentos anteriormente adquiridos em vivência social, que cada região ou país carrega consigo como história. E é por isso que a educação, seja ela familiar, comunal ou institucional, se constitui como um direito, um direito humano. É, pois, através dela que reconhecemos o outro, os valores, os direitos, a moral, a injustiça, nos comunicamos, ou seja, os elementos que nos cercam enquanto indivíduos sociais. Aliás, o movimento da história se faz possível através da transmissão às novas gerações das aquisições prévias da cultura humana, isto é, através da educação (Fernandes; Paludeto, 2010, p. 237).

Em 2012, o Conselho Nacional de Educação regulamentou o ensino

de direitos humanos através das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A partir do ano de 2013, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) passou a incluir em seu edital o critério do respeito aos direitos humanos na elaboração da redação do Enem, sob pena de anulação da redação. Em 2017, a Associação Escola Sem Partido moveu uma ação na justiça para que esse critério fosse anulado, pois, em seu entendimento, o Inep estaria privando os candidatos do direito de expressar sua opinião. A partir daí, travou-se um embate judicial sob a dicotomia discurso de ódio *versus* direito de expressão (Martins, 2019). O que estava em questão era o entendimento sobre o conceito de direitos humanos ou a aceitação de que todos teriam o direito a gozar dos direitos humanos. Assim, emergiu discussão de uma série de conceitos estigmatizantes sobre os direitos humanos.

Diante desse impasse, torna-se ainda mais urgente a pauta da educação em direitos humanos, o que justifica nossa pesquisa. Nesse contexto, a consolidação da prática educativa dos direitos humanos enfrenta sérios desafios, como a falha na formação de professores e ausência desse conteúdo nos currículos da educação. Diante dos obstáculos encontrados na educação em direito humanos, este trabalho apresenta como contribuição uma proposta didática de abordagem dos direitos humanos direcionando os estudantes a refletirem sobre seus princípios na redação do Enem.

A proposta didática, apresentada no final deste trabalho, visa abordar a DUDH a partir dos princípios básicos que regem a educação em direitos humanos, a saber: I. dignidade humana, II. igualdade de direitos, III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, IV. laicidade do Estado, V. democracia na educação, VI. transversalidade, vivência e globalidade e VII. sustentabilidade socioambiental. Com a mediação do professor, como previsto nas metodologias ativas, os estudantes deverão selecionar um tema de redação do Enem correspondente a cada um dos temas e criar um texto do gênero infográfico, apresentando-o para a turma em formato de aula

invertida.

Assim, espera-se fazer com que os estudantes construam o próprio conhecimento através do compartilhamento de temas tangentes aos direitos humanos, a partir de cada um dos princípios supracitados. Dessa forma, o conhecimento dos direitos humanos e sua prática se dará em uma construção coletiva, com o protagonismo de cada indivíduo, contribuindo para sua formação cidadã. Acreditamos que a cidadania só será efetiva através da educação que tornará cada estudante consciente e reflexivo sobre a realidade do lugar e do tempo em que está inserido.

Espera-se que esta proposta contribua para a compreensão do papel da educação na disseminação dos direitos humanos e para o aprimoramento das práticas pedagógicas relacionadas a essa temática. O trabalho pode contribuir também com a prática de professores, despertando ideias de como o ensino médio pode promover uma educação comprometida com os princípios dos direitos humanos, capacitando os estudantes a serem agentes de transformação social e defensores da dignidade humana. Dessa forma, coloca-se em prática a leitura e produção textual de forma crítica, inserindo esta pesquisa dentro do previsto no Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto (PROLEITURA), da UFMG.

Esta monografia está assim organizada: na seção 2, apresentamos a fundamentação teórica da monografia, a contextualização histórica dos direitos humanos, discutimos sobre os desafios para a educação em direitos humanos, apresentamos as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, trazemos à tona a Polêmica sobre a Escola sem partido que envolve os critérios do respeito aos direitos humanos na redação do Enem e explicamos sobre o exame.

Na seção 3, conceituamos os multiletramentos e a multimodalidade, tendências pedagógicas contemporâneas que serão instrumentos de nossa proposta prática e relacionamos esses instrumentos ao ensino de direitos humanos.

Na seção 4, apresentamos a proposta didática para abordagem dos

direitos humanos pela criação de infográficos com orientação da proposta, explicação da proposta e objetivos de aprendizagem para os estudantes.

Na seção 5, elaboramos uma apresentação do gênero infográfico e uma aula para o professor apresentar o tema do infográfico, a saber, os sete princípios dos direitos humanos.

Na seção 6, orientamos a produção que o professor fará com os estudantes por um esboço à mão livre do infográfico. Na seção 7, apresentamos as metodologias e recursos para a produção do infográfico, a partir da Matriz de letramento digital e visual para a produção de infográfico no Canva de Paiva e Gomes (2021).

Por fim, nas seções 8 e 9, fazemos uma avaliação das produções e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Direitos naturais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos

Os Direitos Humanos regulamentados pelo Estado foram influenciados pela teoria dos direitos naturais, inerentes a todos os seres humanos desde o seu nascimento (Silva, 2005). John Locke, um dos filósofos políticos iluministas mais influentes da história, teve um papel significativo na concepção moderna dos direitos naturais. Sua teoria política e filosófica foi uma base importante para o desenvolvimento dos princípios dos direitos naturais e dos direitos humanos. De acordo com Silva (2005, p. 24):

Locke, pensador jusnaturalista, defende a existência da lei natural como ponto de partida para a compreensão da retidão das leis civis. O homem é dotado de faculdades cognitivas que lhe possibilitam conhecer os direitos e os deveres originários da lei natural e das leis civis. Pensar o homem como indivíduo dotado de direitos é relevante porque evita a massificação ou a coisificação da pessoa pelas estruturas sócio-políticas. O primado do indivíduo sobre a instituição é indispensável visto que as instituições são mediações de proteção aos Direitos Humanos.

Locke acreditava que os direitos naturais eram inerentes à natureza humana e existiam independentemente da vontade ou das leis criadas pelos governos. Em sua obra mais famosa, *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690), o filósofo discute a origem do poder político e a relação entre o governo e os indivíduos.

De acordo com Locke (1689), os direitos naturais fundamentais abrangem o direito à vida, que é considerado o direito primordial, pois cada indivíduo tem o direito de viver e preservar sua existência; o direito à liberdade, pois todos os seres humanos possuem liberdade natural, sendo livres para agirem e disporem de si mesmos. Essa liberdade, no entanto, deve ser regida, segundo o filósofo, por uma lei moral natural que respeite os direitos dos outros. Oliveira e Gomes (2011, p. 234) reafirmam que:

No livro <Carta sobre a Tolerância>, Locke nos apresenta a ideia de Estado como uma sociedade de homens constituída para a preservação e melhoria dos bens civis de seus membros. Por bens civis compreende-se a vida, a liberdade, a saúde física e a libertação da dor, e a propriedade. É dever do magistrado, por meio de leis uniformes, preservar e assegurar para o povo em geral e para cada súdito, em particular, a posse justa dos elementos que pertencem e justificam esta vida. Estes ensinamentos, especialmente os relativos à ideia de um Estado que promove a paz pública, podem ser transpostos para nossa atualidade. Vivemos um embate entre direitos individuais e sociais, entre anseios particulares e demandas coletivas e, por isso, muito há que se fortalecer na busca por garantias dos homens enquanto cidadãos de uma sociedade universal.

Os escritos de John Locke sobre direitos naturais influenciaram consideravelmente documentos fundamentais que estabeleceram os direitos humanos e princípios de governança democrática. Sua ênfase na igualdade, liberdade individual e propriedade privada como direitos naturais contribuiu para moldar a visão moderna dos direitos humanos como direitos inalienáveis e universais pertencentes a todos os indivíduos, independentemente de raça, religião ou origem (Silva, 2005).

As teorias em torno dos direitos naturais em Locke (1960), contribuíram para desencadear alguns eventos históricos que buscavam um ideal de direito e justiça para todos, influenciando assim os direitos humanos. De acordo com Sathler e Ferreira (2022, p. 50-51):

Um marco normativo, ainda que não impositivo, a afirmar e reafirmar direitos que começaram a ser compreendidos como inerentes ao ser humano a partir do pensamento de Espinoza, Locke, Rousseau, Voltaire, Kant, para ficarmos apenas em alguns dos expoentes do Iluminismo.

Nesse sentido, inspirados nos ideais iluministas desses filósofos, de acordo com Sathler e Ferreira (2022), a Revolução Francesa (1789-1799) inspirou também de forma essencial a Declaração dos Direitos Humanos. Podemos citar, ainda, a Revolução Americana (1775-1783) e a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776): a Revolução Americana trouxe à tona o conceito de direitos inalienáveis do ser humano, incluindo a vida, a liberdade e a busca pela felicidade. Mais tarde ocorreu o Movimento pelos direitos civis (1950-1960): nos Estados

Unidos, o movimento pelos direitos civis lutou contra a segregação racial e promoveu a igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente de sua raça, cor ou origem étnica.

A partir de Sathler e Ferreira (2022), entende-se que, a culminância dos direitos humanos emergiu, sobretudo, do anseio de nações que admitiram a necessidade de um mundo de paz, justiça e dignidade a que todos os seres humanos teriam direito em um contexto de conflitos e guerras sem fim. Assim, partindo de diversas correntes filosóficas como a do Jusnaturalismo em Locke (1960), e movimentos sociais ao longo da história, o reconhecimento formal e a codificação dos Direitos Humanos surgiram no século XX, em resposta às violações em massa ocorridas durante a II Guerra Mundial. De acordo com Sathler e Ferreira (2022, p.18):

Os autores da DUDH fizeram questão de deixar bem claro que ela foi redigida tendo diante de si as atrocidades da Segunda Guerra Mundial. Embora alguns pontos da Declaração Universal dialoguem com noções e tradições milenares da humanidade, o que provocou a sua elaboração foi a Segunda Guerra. Talvez a grande marca daquele conflito tenha sido justamente a violação aberta, intencional e planejada de direitos de populações civis. O Holocausto 3 tentativa de extermínio dos judeus na Alemanha 3, por exemplo, praticado pelos nazistas, foi um dos atos de barbárie que revoltaram a consciência da humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos <veio à luz em 1948, em decorrência da Carta das Nações Unidas, documento inaugural do atual sistema de cooperação internacional, adotado em São Francisco (Estados Unidos) em 1945= (Sathler e Ferreira (2022, p. 8). O documento é um marco importante na história dos direitos humanos, propondo nortear a sociedade humana no tocante aos direitos de seus semelhantes. Sathler e Ferreira (2022 p. 9) afirmam que o documento é amplamente aceito, difundido e traduzido, no entanto é um documento pouco lido:

Embora a primeira determinação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre ela, no mesmo dia em que foi aprovada (10 de dezembro de 1948), tenha sido a de

que o seu texto fosse publicado e <divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais=, é bastante comum que ela seja esquecida no meio de tantas outras iniciativas educacionais

Além de diversos marcos históricos, outros eventos e tratados internacionais também implementados posteriormente, contribuíram para o desenvolvimento dos Direitos Humanos, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

A DUDH é composta por um preâmbulo e trinta artigos que buscam atender a reivindicações expressas por diversos movimentos sociais ao longo da história. Direitos esses que garantiriam a dignidade de todos sem prejuízo à dignidade de ninguém, e, em consequência disso, a busca pela promoção da paz. De acordo com Silva (2005, p. 25):

Os Direitos Humanos podem ser classificados em três categorias: civis, políticos e sociais. Os direitos civis se referem à liberdade pessoal, à liberdade de imprensa, de religião, de associação e liberdade econômica. Os direitos políticos correspondem à liberdade de associação partidária e aos direitos eleitorais. Os direitos sociais compreendem questões a respeito da saúde, do trabalho, da educação, de moradia etc. A tomada de consciência dos direitos naturais é o primeiro passo para que cada um defenda individual e coletivamente a concretização dos Direitos humanos em prol da construção ética da cidadania.

Não obstante, apesar de a materialidade do documento da DUDH ser uma reação às violações de direitos durante as guerras mundiais e representar uma esperança para um mundo de paz entre as nações, ainda existem obstáculos que impedem a implementação prática desses direitos humanos nas sociedades. Assim, é importante ressaltar que os Direitos Humanos continuam sendo um tema de debate, e desafios persistem em relação à sua prática e proteção em todo o mundo.

Remontando ainda aos episódios de genocídio ocorridos na Segunda Guerra, os extermínios de seres humanos, somente por serem

quem eram, judeus, negros e homossexuais, para ainda na sociedade contemporânea a impressão de que esses massacres não foram suficientes para trazer o ser humano à razão, pensando e consolidando a prática dos Direitos Humanos como preceitos para uma vida mais digna para todos.

2.2 Desafios para a educação em direitos humanos

A educação é o principal instrumento de difusão e consolidação dos Direitos Humanos. Fernandes e Paludeto (2010) descrevem seu entendimento sobre educação <[...] como sendo este conceito, em si mesmo, um direito humano. É na educação como prática de liberdade, na reflexão, que o indivíduo toma para si seus direitos como fatos e realidade= e, de acordo com Paulo Freire (2000): <Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda=.

No entanto, a democratização do acesso à educação básica no Brasil mostra-se recente e ainda em andamento e, isso se agrava como desafios da garantia da permanência, continuidade e da qualidade da educação, desafios esses que acompanham a discussão dos direitos humanos. Assim, entende-se que educação e direitos humanos são pautas interdependentes; por isso, a discussão sobre educação deveria compreender que educação envolve o ensino dos direitos humanos.

Se a abrangência da educação e a educação de qualidade já são desafios no Brasil, a educação em direitos humanos ainda está distante de ser alcançada. Por isso, estabelecer os direitos humanos como realidade em nosso cenário educacional ainda não foi possível em sua concretude, devido aos desafios ora supracitados e diversos outros impostos pela realidade do contexto educacional brasileiro.

Um dos desafios importantes é a limitada formação dos docentes para trabalhar com a Educação em Direitos Humanos. O próprio documento que regulamenta a Educação em Direitos Humanos no Brasil,

a saber, As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos apontam a falha na formação dos docentes como o primeiro desafio a ser enfrentado:

O primeiro deles é a formação, pautada nas questões pertinentes aos Direitos Humanos, de todos/as os/as profissionais da educação nas diferentes áreas do conhecimento, uma vez que esses conteúdos não fizeram e, em geral, não fazem parte dos cursos de graduação e pós-graduação, nem mesmo da Educação Básica (SILVA, FERREIRA, 2010, p. 89). Sendo assim, compreende-se que a formação destes/as profissionais deverá contemplar o conhecimento e o reconhecimento dos temas e questões dos Direitos Humanos com o intuito de desenvolver a capacidade de análise crítica a respeito do papel desses direitos na sociedade, na comunidade, na instituição, fazendo com que tais profissionais se identifiquem e identifiquem sua instituição como protetores e promotores destes direitos (Brasil, 2012, p. 17).

Com isso, observa-se que a falta de programas de capacitação para professores mostra que a formação para a docência está negligenciada em todo o país e a desvalorização desse profissional reforça ainda mais os obstáculos encontrados na consolidação da educação, contribuindo para essa lacuna na implementação de uma educação em direitos humanos.

É importante que autoridades da educação fomentem iniciativas e discussões a respeito da educação em sua dimensão ampla, incluindo a educação em direitos humanos, mobilizando diversos setores da sociedade para que todos alcancem a compreensão de que o processo da formação cidadã não é papel exclusivo do docente, mas cabe a toda a sociedade. Assim, a educação em direitos humanos deve mobilizar a família, a comunidade e o Estado. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos afirma que:

A consciência sobre os direitos individuais, coletivos e difusos tem sido possível devido ao conjunto de ações de educação desenvolvidas, nessa perspectiva, pelos atores sociais e pelos(as) agentes institucionais que incorporaram a promoção dos direitos humanos como princípio e diretriz (Brasil, 2006, p. 26).

No entanto, Fernandes e Paludeto (2010, p. 242) confrontam tal afirmação, rebatendo que <não existem agentes institucionais que dêem conta de trabalhar temas como prevenção às drogas, violência, sexualidade, alteridade, ética, entres outros=. Entende-se assim que os próprios documentos oficiais não reconhecem essa lacuna na implementação da educação em direitos humanos. Ademais, observa-se uma falha na forma como os documentos oficiais que regulamentam a educação são elaborados e impostos, refletindo que o modelo educacional ainda é reflexo de desigualdades, dificultando a consolidação de uma educação que corresponde aos contextos das diversidades sociais e trazendo insatisfação aos agentes que trabalham na educação, devido à dificuldade da implementação desses modelos.

Fernandes e Paludeto (2010, p. 247) afirmam ainda que <a educação voltada para os direitos humanos ainda não faz parte da prática nem do currículo da escola como deveria=, o que dificulta a promoção de uma educação abrangente nessa área. Muitas vezes, os direitos humanos não são tratados de forma sistemática e integrada em disciplinas; além disso, a temática se limita a textos legais que dificilmente saem do papel.

Os desafios enfrentados em todo o território nacional relacionados à violência, à pobreza, à discriminação e à desigualdade social afetam diretamente a educação e dificultam a promoção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos nas escolas. A realidade de violações de direitos enfrentada por muitos estudantes se torna um obstáculo para a efetivação da Educação em Direitos Humanos. O clichê de que <violência só gera violência= tem se tornado uma realidade e a <justiça com as próprias mãos= tem imperado frente às violações de direitos aos quais muitos estudantes são sujeitos.

Há, ainda, setores da sociedade que resistem à inclusão dos Direitos Humanos na educação, considerando que certos assuntos são controversos ou contrários a suas crenças pessoais, como é o caso da Associação Escola Sem Partido que moveu ação judicial para eliminar o

critério de respeito aos direitos humanos da redação do Enem, impasse que será abordado em seção posterior desta monografia. Resistências como essas podem levar a pressões políticas e sociais para restringir ou até mesmo proibir o ensino de questões relacionadas aos Direitos Humanos, prejudicando a formação cidadã dos estudantes, assunto esse tomado como umas das abordagens principais deste trabalho.

Somados a esses fatores, a falta de recursos educacionais, como materiais didáticos, livros e tecnologia, voltados especificamente para a Educação em Direitos Humanos, limita as possibilidades de abordagem desse tema em sala de aula. A falta de investimentos nessa área dificulta a criação de ambientes de aprendizagem propícios para a formação de uma consciência crítica e engajada com os Direitos Humanos. Ainda que faltem materiais específicos, consideramos importante que o tema seja abordado em todos os conteúdos disciplinares dos currículos, especialmente na educação básica, mas também nas licenciaturas em cursos de ensino superior.

Apesar dessas dificuldades, é importante destacar que há esforços em andamento no Brasil para fortalecer a Educação em Direitos Humanos. Organizações da sociedade civil, educadores comprometidos e iniciativas governamentais buscam promover uma educação mais inclusiva, igualitária e voltada para a cidadania, visando superar esses desafios e transformar a realidade educacional do país.

Entende-se que a relação educação e direitos humanos é interdependente, pois os direitos humanos são implementados através da educação. Assim, para transpor barreiras sobre a educação e educação em direitos humanos, considerando a escassez de práticas envolvendo esse assunto, esta monografia ousou propor uma experiência com a associação de práticas de letramento digital abordando os direitos humanos. Essa prática pretende preparar os estudantes para a redação no Enem no que diz respeito ao trato com temas aos direitos humanos.

2.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Em 30 de maio de 2012 foi publicada a Resolução número 1 do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos nas escolas brasileiras. Esse documento orientador foi criado pelo governo brasileiro com o objetivo de promover a inclusão da educação em direitos humanos em todos os níveis e modalidades de ensino. Essas diretrizes foram elaboradas com base em princípios e valores fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a diversidade, a justiça social e a não discriminação.

Através desse documento, busca-se desenvolver uma cultura de respeito aos direitos humanos nas instituições educacionais, abordando temas como cidadania, ética, tolerância, inclusão, sustentabilidade e combate a todas as formas de discriminação e violência.

A principal diretriz traz como objetivo desenvolver <concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicações na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.= (Brasil, 2012, art. 2º).

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos promovem uma abordagem interdisciplinar, incentivando que as escolas incorporem os princípios dos direitos humanos em suas atividades curriculares e extracurriculares. Além disso, visam à formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na promoção da paz, da justiça social e da igualdade. De acordo com a Resolução:

Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. § 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou

difusos, se referem à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana (Brasil, 2012, p. 20).

O documento também enfatiza a importância da participação ativa dos estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar no processo de construção de uma educação pautada nos direitos humanos, estimulando o diálogo, o respeito às diversidades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essas Diretrizes são fundamentais para o fortalecimento da cultura dos direitos humanos no Brasil, destacando a educação como um dos principais pilares para o avanço em direção a uma sociedade mais democrática, tolerante e respeitosa com a dignidade de todas as pessoas.

A partir dessa resolução e dessas diretrizes, o Inep, autarquia federal responsável pela realização do Enem, passou a exigir nas redações do exame, dentro da competência 5, elaboração de proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Além disso, em seus critérios de correção, para a redação que ferisse os direitos humanos seria atribuída nota zero.

A redação do Enem tem como objetivo a abordagem de temas ligados a questões sociais muitas vezes polêmicos, em sequência textual dissertativa-argumentativa, exigindo a proposta de uma resolução para essa <questão-problema=, as quais não devem ferir os direitos humanos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos estabelecem os princípios básicos dos Direitos Humanos que orientam a correção da redação do Enem. De acordo com a Resolução Nº 1 de 30 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Educação:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I 3 dignidade humana; II 3 igualdade de direitos; III 3 reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV 3 laicidade do Estado; V 3 democracia na educação; VI 3 transversalidade, vivência e globalidade; e VII 3 sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2012,

p. 20).

A resolução reafirma ainda a responsabilidade que as instituições de ensino básico e superior devem assumir frente <à promoção, legitimação desses princípios norteadores dos laços sociais, éticos e políticos= (Brasil, 2012, p. 10), ainda que essas instituições não sejam as únicas a educarem os indivíduos em direitos humanos. E essa educação, segundo o mesmo documento: <se faz mediante a formação de sujeitos de direitos, capazes de defender, promover e reivindicar novos direitos= (Brasil, 2012, p. 10).

Nesse sentido, torna-se importante, em vez de anular ou deixar de respeitar os direitos humanos pela ignorância a eles, tomar como compromisso de todas as esferas sociais a democratização da educação, do conhecimento e da cultura em direitos humanos. Ainda que, noções práticas sobre os direitos humanos sejam conflitantes, deve-se colocar em questão, discussão e estudo o que são na teoria e como acontecem na prática, visto que os direitos humanos foram um legado de muitos embates históricos. Assim, a liberdade de expressão pode ser garantida, desde que não seja carregada de discursos de ódios que fomentem a violação dos direitos humanos de nenhum semelhante.

2.4 O Enem, a redação e a polêmica da Escola Sem Partido

Instituído no Brasil em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) surgiu como um instrumento de avaliação do desempenho de aprendizagem dos estudantes brasileiros ao fim do Ensino Médio, também com o objetivo traçar estratégias para o avanço da educação básica. A partir do ano de 2005, o exame passou a ser utilizado como seleção de estudantes para concorrerem a bolsas de estudos parciais e integrais no ensino superior em universidades privadas em todo o país através do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O exame é composto por questões que abrangem as seguintes

áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação); Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia); Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química, Física e Biologia); Matemática e suas Tecnologias (Matemática).

Para a avaliação da redação, o exame se vale de cinco competências:

Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa. Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Competência 5: <Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos= (Brasil, 2016, p. 8).

A competência 5 indica que não ferir os Direitos Humanos é fundamental para elaboração de proposta de intervenção para o problema temático da redação. A partir da instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos em 2012, o Inep passou a adotar o critério de respeito aos direitos humanos na elaboração da redação do Enem sob pena de anulação da redação, caso o candidato ferisse esse critério.

Isso se tornou em impasse no ano de 2017 quando, em razão do Edital do Enem 2016, a Associação Escola Sem Partido impetrou uma ação na justiça contra o Inep, pedindo a nulidade do item do edital que tinha como critério o respeito aos direitos humanos na redação. A Associação objetivava que a autarquia fosse condenada a:

abster-se de anular qualquer redação por suposto desrespeito

aos <direitos humanos= e de avaliar as redações com base em tais critérios. b) abster-se de adotar nas futuras edições do Enem critério cuja invalidade venha a ser declarada na presente ação. (Brasília, 2016, p. 16).

Na ação havia ainda um pedido de liminar para que a suspensão dessa exigência fosse antecipada. Em primeira instância o juiz indeferiu o pedido de antecipação de tutela, pois o mérito ainda não havia sido julgado. Contra o indeferimento, a associação recorreu ao TRF da 1ª região e o TRF, revogando a decisão de 1ª instância, concedeu a liminar.

O edital orienta o candidato, na competência 3, que avalia a habilidade de <Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista=, que defenda e sustente seu ponto de vista, ou seja, que ele expresse sua opinião, além de elaborar uma solução para a questão social, habilidade prevista na competência 5. Então, a ESP propôs que o critério do respeito aos direitos humanos fosse anulado sob a argumentação de ferir a liberdade de expressão.

Na visão da ASP, o item em questão parece ser uma penalização para candidatos que expressem opiniões divergentes daquelas, já previstas e que são consideradas politicamente aceitas sob um viés ideológico ao qual está enraizada a estrutura organizacional do Inep. Ao passo que a redação do Enem não se configura em exame específico da área jurídica em que são exigidos conhecimentos técnicos específicos sobre direitos humanos, seria incoerência tal exigência, na visão da ESP.

A ação foi motivada por uma polêmica que surgiu a partir do tema da redação do Enem de 2015: <A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira=, que tomou dimensão nacional mobilizando opiniões em diferentes veículos de comunicação e mídias sociais.

Entre essas razões, o critério de respeito aos direitos humanos na proposta de intervenção na Competência V, anos antes já levantava polêmica entre apoiadores da ESP. Em 2015, Miguel Nagib, criador da

Associação Escola sem Partido, escreveu artigo com os seguintes argumentos:

Para piorar a situação, os candidatos e os corretores das provas não estão familiarizados com a legislação brasileira sobre direitos humanos o que de resto não é exigido pelo INEP. Assim, o mais provável é que todos considerem como 'direitos humanos' um punhado de clichês politicamente corretos consagrados na academia e nos meios de comunicação. É o que sugere aliás o INEP, ao falar vagamente em 'cidadania, solidariedade e diversidade cultural', expressões que remetem de forma inequívoca ao discurso da esquerda. Este ano, mais de 7 milhões de estudantes tiveram de escrever uma redação sobre a violência contra a mulher na sociedade brasileira. Cuidava-se, é claro, de uma provocação ideológica, e é de supor-se que muitos candidatos tenham ficado temerosos de expressar seu pensamento (Nagib, 2015).

Outra argumentação da ESP é que não há um critério objetivo para avaliar o que seria considerado desrespeito aos direitos humanos. No entanto, as pesquisadoras Oliveira e Silveira (2020) ressaltam a clareza das Cartilhas do Participante de 2016 e de 2017 sobre as <direções claras sobre o que seria interpretado como 'desrespeito aos direitos humanos'. Segundo a Cartilha de 2017:

Pode-se dizer que determinadas ideias e ações serão sempre avaliadas como contrárias aos direitos humanos, tais como: defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de <justiça com as próprias mãos, isto é, sem a intervenção de instituições sociais devidamente autorizadas (o governo, as autoridades, as leis, por exemplo); incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, condição física, origem geográfica ou socioeconômica; explicitação de qualquer forma de discurso de (voltado contra grupos sociais específicos). (...) Em resumo, na prova de redação do Enem, constituem desrespeito aos DH propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição, por exemplo, as que defendem a <justiça com as próprias mãos. Por isso, não caracterizam desrespeito aos DH as propostas de pena de morte ou prisão perpétua, uma vez que conferem ao Estado a administração da punição ao agressor. Essas punições não dependem de indivíduos, configuram-se como contratos sociais cujos efeitos todos devem conhecer e respeitar em uma sociedade. (Brasil, 2017, p. 10-11).

Observamos, diante do processo movido pela ESP, que a liberdade

de expressão se confunde com o discurso de ódio contra a compreensão de direitos humanos. A liberdade de expressão é um direito fundamental da Constituição Federal de 1988, que garante que as pessoas possam expressar suas ideias, opiniões e crenças livremente, sem censura ou repressão governamental. Trata-se de um princípio essencial para a democracia e para a promoção do debate público, permitindo que diferentes perspectivas sejam apresentadas e discutidas abertamente.

No entanto, é importante reconhecer que a liberdade de expressão não é um direito absoluto e deve ser equilibrada com outros valores e direitos igualmente importantes, como a dignidade humana, a igualdade e a não discriminação. Um dos principais desafios na discussão sobre liberdade de expressão é a questão do discurso de ódio.

O discurso de ódio é caracterizado por mensagens que incitam, promovem ou justificam a violência, discriminação ou hostilidade contra indivíduos ou grupos com base em características como raça, religião, etnia, gênero, orientação sexual ou nacionalidade. Esse tipo de discurso não se enquadra eticamente na proteção da liberdade de expressão, pois seus efeitos podem ser danosos e prejudiciais para a sociedade, disseminando o ódio e a intolerância.

A dicotomia liberdade de expressão *versus* discurso de ódio deve ter fronteiras bem delimitadas, que garantam a proteção de direitos. Também, a liberdade de expressão deve ter limites quando o discurso ultrapassa a linha do respeito aos direitos e dignidade de outros indivíduos. Nesse sentido, o discurso de ódio não deve ser tolerado, pois pode incitar violência e discriminação contra grupos vulneráveis.

O discurso de ódio pode minar a coesão social, gerando divisões e conflitos entre diferentes grupos da sociedade. A tolerância ao discurso de ódio pode comprometer o respeito mútuo e a convivência harmoniosa. Nesse sentido, os grupos historicamente marginalizados e discriminados são frequentemente alvos do discurso de ódio. Permitir esse tipo de discurso pode agravar a situação de desigualdade e perpetuar injustiças sociais.

Combater o discurso de ódio não significa restringir a liberdade de expressão. Pelo contrário, é uma medida para preservar o ambiente

democrático e garantir que todas as vozes possam ser ouvidas, desde que respeitem os princípios democráticos e os direitos humanos.

É importante encontrar um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção contra o discurso de ódio. Garantir a liberdade de expressão não significa tolerar ou legitimar o discurso que incita ao ódio e à violência. Proteger a sociedade contra o discurso de ódio é uma forma de garantir que todos os indivíduos possam viver em um ambiente seguro e respeitoso, onde a diversidade de opiniões seja valorizada, mas sem comprometer os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Ainda assim, o entendimento de <direitos humanos= ainda é uma questão conflituosa, pois a ação da ESP coloca em xeque a interpretação de <direitos humanos= e indica que os limites da liberdade de expressão e do discurso de ódio ainda pairam sobre uma linha tênue.

Observamos, assim, que não existe um consenso sobre os direitos humanos ou uma não aceitação de que todos devem gozar esses direitos. Assim, a polêmica em torno da anulação ou não do critério de respeitar os direitos humanos na redação do Enem divide opiniões em torno da dicotomia liberdade de expressão *versus* discurso de ódio.

Em torno dessa polêmica, há o entendimento de que expressar opiniões contrárias aos direitos humanos não quer dizer, necessariamente, ferir os direitos humanos ou incitar os discursos de ódio, assim como concordar ou não com uma lei não quer dizer ser um fora da lei. Então, ao expressar opiniões ou propor soluções que não estejam alinhadas aos direitos humanos, não quer dizer desrespeitar os direitos humanos.

Trata-se, portanto, de uma questão bastante conflituosa, perpassando discussões enviesadas em vários segmentos da sociedade. Diante de toda essa polêmica, parece subentendido que existem segmentos ideológicos contrários aos Direitos Humanos. A DUDH não é ainda suficiente para satisfazer os ideais vislumbrados por todos os segmentos da sociedade.

A falta da discussão sobre os direitos humanos na educação torna os estudantes reféns da própria ignorância, sendo privados de seus direitos e ao final, torna a sociedade com mais desigualdades sociais. Oliveira e Silveira (2020) apontam um <esvaziamento= do sentido sociopolítico da escola ao permitir que estudantes desrespeitem os direitos humanos. De acordo com as autoras:

[...] todo este movimento, realizado num período de tempo bastante curto 3 a decisão sobre suspensão desse item do edital foi publicada em 26 de outubro de 2017, e a decisão do STF foi publicada em 4 de novembro de 2017 3 reflete claramente uma tendência de esvaziamento do sentido sociopolítico da escola como agente na construção de uma cultura dos direitos humanos, o que tem como efeito indireto, a fragilização das garantias de equidade em termos de gênero, sexualidade, raça e etnia. (Oliveira; Silveira, 2020, p. 225.)

Em suma, fica evidente que a falta de educação em Direitos Humanos tem se transformado em impasse quando se trata da elaboração de proposta de intervenção pertinente ao tema que não fira os Direitos Humanos. A anulação do critério de respeito aos direitos humanos traz à tona a necessidade de pensar na consolidação da educação em direitos humanos. Assim, torna-se necessário a discussão de programas de implementação de tal conteúdo de forma eficaz no currículo da educação básica.

A educação em Direitos Humanos deve ainda quebrar paradigmas consolidados nas mentes da população pouco instruída e muitas vezes fomentadas por segmentos preconceituosos da sociedade. Exemplo disso é o entendimento de que a defesa dos direitos humanos é a defesa de criminosos ou que a defesa dos direitos humanos é a quebra de valores morais. O clichê <bandido bom é bandido morto= expressa umas das máximas de uma sociedade mal-formada e mal- informada sobre os direitos humanos. Acreditamos que a educação deve lutar para que não existam bandidos bons ou bandidos mortos, ou mesmo que alguém seja refém dos bandidos de colarinho branco.

Não é possível impor os Direitos Humanos a nenhum segmento da

sociedade, mas é necessário fazer entender o caráter universal e inclusivo das premissas dos direitos humanos. É necessário fazer entender que a defesa dos direitos de uns não deve significar a injustiça com outros, é fazer entender que todos nascemos iguais em direitos e deveres e que todos carregamos em nós uma essência humana basilar da DUDH.

3. MULTILETRAMENTO, MULTIMODALIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Para compreender o termo multiletramentos, considera-se, a princípio, o conceito trazido por Magda Soares. De acordo com a autora, <letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita= (Soares, 2009, p. 18). Entende-se, com isso, que letramento não consiste apenasem saber ler e escrever, mas na interação de um grupo social em seumeio e com meios externos.

Já os multiletramentos são as diversas formas de letramentos apropriadas em função das diversas linguagens emergentes na sociedade contemporânea, como as TDIC9s (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) e levam em conta, além da comunicação em meios digitais, os diversos contextos culturais em que se dá essa comunicação (Freitas; Rodrigues, 2022).

O termo multiletramentos surgiu em 1996, cunhado por um grupo de pesquisadores em educação linguística intitulado Grupo Nova Londres, nome da cidade norte-americana na qual o grupo se reuniupara os debates e pesquisas. Os pesquisadores defendiam não somente a existência de múltiplas linguagens existentes nas comunicações do mundo globalizado, mas também a multiplicidade cultural manifestada nesses textos (Rojo; Moura, 2019).

Então, os multiletramentos vão além do letramento tradicional, que se concentra principalmente na habilidade de ler e escrever textos verbais e não verbais e seu manejo nos meios sociais. Os multiletramentos, por sua vez, abarcam uma diversidade multissemiótica, ou seja, textos escritos, imagens, sons, gestos, multimídia interativa, de forma simultânea, característica crescente de formas de comunicação em uma sociedade digital e globalizada.

Nesse sentido, os multiletramentos requerem dos indivíduos o desenvolvimento de habilidades de decodificação e interpretação em

uma ampla variedade de contextos de comunicação, como mídias sociais, vídeos online, anúncios publicitários, notícias digitais e muito mais. Além disso, os multiletramentos também envolvem uma compreensão crítica e analítica das mensagens transmitidas através de diferentes mídias, considerando o contexto cultural, social e tecnológico em que essas mensagens são criadas e consumidas.

Observa-se, assim, que um desafio importante da educação frente aos multiletramentos é contribuir para que os estudantes se tornem consumidores críticos de informações, transformando essas informações em conhecimento prático para a vida, preparando-os também para interação social de forma produtiva e ética nesses ambientes.

A democratização do acesso aos meios digitais vem se tornando realidade aos poucos no Brasil, porém, há ainda que se desenvolver o letramento digital, para o aprimoramento do manejo com esses textos, principalmente diante de uma atualidade em que os meios digitais são veículos de propagação de tanta desinformação. De acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ensino Médio:

Do ponto de vista das práticas contemporâneas de linguagem, ganham mais destaque, no Ensino Médio, a cultura digital, as culturas juvenis, os novos letramentos e os multiletramentos, os processos colaborativos, as interações e atividades que têm lugar nas mídias e redes sociais, os processos de circulação de informações e a hibridização dos papéis nesse contexto (de leitor/autor e produtor/consumidor), já explorada no Ensino Fundamental. Fenômenos como a pós-verdade e o efeito bolha, em função do impacto que produzem na fidedignidade do conteúdo disponibilizado nas redes, nas interações sociais e no trato com a diversidade, também são ressaltados. Para além de continuar a promover o desenvolvimento de habilidades relativas ao trato com a informação e a opinião, no que diz respeito à veracidade e confiabilidade de informações, à adequação, validade e força dos argumentos, à articulação entre as semioses para a produção de sentidos etc., é preciso intensificar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o trato com o diverso e o debate de ideias. Tal desenvolvimento deve ser pautado pelo respeito, pela ética e pela rejeição aos discursos de ódio (Brasil, 2017, p. 490).

A Pedagogia dos multiletramentos, apresentada pelo Grupo Nova Londres, é relevante na educação contemporânea, uma vez que os alunos precisam estar preparados para navegar e contribuir em um

mundo cada vez mais digital e multimodal. Portanto, é importante desenvolver habilidades de comunicação mais amplas e adaptáveis, capacitando os indivíduos a se envolverem de maneira eficaz em uma variedade de contextos comunicativos.

Arcabouço dos multiletramentos é a multimodalidade, ou seja, os multiletramentos se dão através da prática pedagógica com a multimodalidade, que, por sua vez, consiste na integração de diferentes modos de comunicação e expressão para transmitir informações de forma mais rica e abrangente. Em um ambiente digital, a multimodalidade pode envolver a combinação de texto escrito com imagens, áudio e até mesmo elementos interativos, como botões e *links*. Isso pode tornar a comunicação mais envolvente e eficaz, especialmente quando se trata de públicos diversificados, com diferentes estilos de aprendizagem e formas de processar informações.

Com o advento das redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de compartilhamento de conteúdo, a multimodalidade tornou-se ainda mais relevante, pois as pessoas têm acesso a várias maneiras de se expressar e se comunicar, despertando os diversos sentidos de seu interlocutor.

Além disso, a multimodalidade caminha junto com os multiletramentos como um conceito fundamental em educação linguística e estudos de comunicação, ampliando o entendimento de que a comunicação é mais do que apenas palavras escritas ou faladas. Ela considera como diferentes modos de expressão trabalham em conjunto para criar significado e transmitir informações de maneira mais completa e complexa.

Os conceitos de multiletramentos e multimodalidade nos remetem sempre à multiplicidade cultural, pois os estudos que embasam esses conceitos consideram as diversidades culturais nos textos multissemióticos (textos escritos e orais, imagens, números, diagramas, sons, entre outros) e o ensino considerando essa multiplicidade.

Para orientar a leitura de textos multimodais, Kress e Van Leeuwen

(1996 *apud* Paiva, 2011) elaboraram a Gramática do Design Visual como uma tentativa de padronizar os princípios e elementos fundamentais que compõem a linguagem visual e como esses elementos se relacionam para produzir sentido. Assim como a linguagem verbal tem sua gramática, incluindo regras de sintaxe e semântica, a linguagem visual também possui uma gramática própria, que orienta como os elementos visuais devem ser organizados e combinados para comunicar de forma eficaz e esteticamente agradável. De acordo com Paiva (2011, p. 3667):

O livro *Reading images* (Kress e Van Leeuwen, 1996) é uma tentativa de criar critérios para a análise da gramática do visual. Para os autores essa gramática <é culturalmente específica; não universal> (Kress e Van Leeuwen, 2006, p. 04). Isso quer dizer que, como eles mesmos frisam no livro, o ocidente cria maneiras de produzir o visual e valoriza essas maneiras, havendo diferença até mesmo dentro do mundo ocidental, ou de pessoa para pessoa.

Essa gramática é baseada na Linguística Sistemática Funcional que estuda a língua em funcionamento e considera os contextos em que os sentidos são produzidos. Assim, considera as diversidades sociais de seus interlocutores no processo de comunicação.

Desse modo, quando tocamos em diversidade social, tocamos também em multiplicidade cultural das sociedades e, conseqüentemente, é necessário considerar os discursos e demandas das diversas esferas sociais. Por conseguinte, encontramos pertinência dessa multiplicidade na universalidade de direitos evocados pelos Direitos Humanos. Através das reflexões sobre a Pedagogia dos multiletramentos, observamos a importância de os educadores se apropriarem desse novo cenário para abordar os direitos humanos.

A partir da popularização dos meios de comunicação em ambientes digitais, as diversas esferas da sociedade têm buscado cada vez mais espaço para encontrar representatividade e reivindicar seus direitos. As minorias sociais, ou seja, os grupos minoritários em questão de representatividade social como negros, mulheres, LGBTQIA+, buscam

nas mídias digitais espaços para manifestação de seus discursos. No entanto, há ainda muitas violações de direitos como o racismo, as diferenças religiosas, preconceito contra diversidade de gênero. Essas violações se dão a partir dos discursos de ódio expressados em ambientes digitais. De acordo com Quadrado e Ferreira (2020, p. 422):

O discurso do ódio, atualmente amplificado pelas redes sociais digitais, ganha projeção a partir da ação de haters speech (ROSENFELD, 2001, p. 02). Os haters speech são sujeitos que propagam mensagens preconceituosas, geralmente contra as minorias sociais tendo como base o racismo, as diferenças religiosas, étnicas ou de nacionalidade.

Novamente tocamos nesse trabalho na questão da liberdade de expressão *versus* discurso de ódio. A falta de zelo pela conquista de uma regulamentação dos direitos humanos, começando da deliberação pela oportunidade de ferir os direitos humanos em uma avaliação discursiva de abrangência nacional como o Enem, abre caminhos para que esses discursos se propaguem em ambientes digitais.

O papel da educação é zelar pelos direitos humanos e combater o discurso de ódio, não para promover uma ideologia política em detrimento de outra, mas para promover a paz. A ação do preconceito começa na mentalidade e essa mentalidade deve ser combatida.

Por isso, há muito o que se discutir sobre a cultura dos direitos humanos na sociedade, sendo urgente a democratização do ensino em direitos humanos, esclarecendo e refletindo sobre os documentos vigentes que regulamentam esse ensino. A associação dos multiletramentos com a educação em direitos humanos encontrou nessa monografia uma oportunidade de destacar instrumentos que promovam uma educação correspondente às realidades atuais de nossos estudantes.

4 PROPOSTA DIDÁTICA PARA ABORDAGEM DOS DIREITOS HUMANOS PELA CRIAÇÃO DE INFOGRÁFICOS

4.1 Orientação da proposta

A partir dos desafios impostos à educação em direitos humanos e para fazer jus ao atual edital do Enem, que utiliza na competência 5 o critério do respeito aos direitos humanos, temos, por objetivo, como já dito, apresentar uma proposta didática de produção de textos do gênero infográfico, empregando a ferramenta digital Canva como contribuição para fomentar a abordagem do tema desta pesquisa: os direitos humanos na sala de aula. Tal proposta é direcionada a professores do Ensino Médio, que poderão adaptá-la de acordo com o perfil dos seus alunos e aplicá-la como projeto em sua escola.

Para a escolha do gênero, consideramos o que nos afirmam Sampaio e Farias (2020) a respeito dos infográficos como textos motivadores das redações do Enem:

[...] ao se comportarem como textos motivadores, possuem funções discursivas (re)construindo sentidos por parte do sujeito alvo (SAMPAIO, 2018), acionando esquemas cognitivos que vão colaborar na produção escrita do gênero Redação do Enem (Sampaio; Farias, 2020, p. 44).

Com isso, a produção dos infográficos irá ajudar os estudantes a interpretar, relacionar ideias, fatos e opinião, além de incentivar o uso de textos visuais que vêm ganhando espaço como textos motivadores das propostas de redação do Enem.

Desse modo, pretende-se desenvolver habilidades importantes previstas na BNCC do Ensino Médio, que propõe que o trabalho de leitura, escuta e produção de textos abarque multiplicidades semióticas, através das possibilidades trazidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC9s), em ambientes que propiciem a <prática colaborativa de escrita de construção coletiva do

conhecimento e de desenvolvimento de projetos= (Brasil, 2018, p. 509).

As multiplicidades semióticas dizem respeito aos textos multissemióticos, ou seja, <textos que se constituem por meio de uma multiplicidade de linguagens (fotos, vídeos e gráficos, linguagem verbal oral ou escrita, sonoridades) que fazem significar estes textos= (Rojo; Moura, 2012, p. 156).

Para os autores, a pedagogia dos multiletramentos:

[...] parte da afirmação de que o mundo contemporâneo é caracterizado pela multiplicidade cultural que se expressa e se comunica por meio de textos multissemióticos (impressos e digitais), ou seja, textos que se constituem por meio de uma multiplicidade de linguagens (fotos, vídeos e gráficos, linguagem verbal oral ou escrita, sonoridades) que fazem significar estes textos. Essa multimodalidade, multissemiose ou multiplicidade de linguagens exige multiletramentos, quer dizer, exige, nos dizeres de Rojo, <capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar.= Em outras palavras: exige novos letramentos, novas práticas e habilidades: digital, visual, sonora. Exige múltiplos letramentos (ROJO; MOURA, 2012, p. 242).

Assim, buscamos preparar nossos estudantes para a leitura crítica do gênero infográfico, possibilitando aplicar essa visão em sua produção, considerando sua multiplicidade semiótica.

A proposta didática está organizada nas seguintes partes: Proposta didática 3 orientações ao professor e à professora; Objetivos da proposta prática; Objetivos de aprendizagem para os estudantes; Gênero infográfico 3 O que é infográfico e por que produzir?; Tema do infográfico 3 Sete Princípios dos Direitos Humanos; Esboço à mão livre; Metodologia e Recursos 3 Apresentação do Canva para a produção do infográfico e Avaliação.

4.2 Proposta didática – orientações ao professor e à professora

Público-alvo: professores de Ensino Médio

Tempo previsto: 7h/a aproximadamente ou a critério do professor

Recursos necessários: impressões dos textos trabalhados, *data show*, computadores conectados à internet, aplicativo Canva, lápis, borracha, papel, quadro branco e pincéis.

Habilidades trabalhadas: EM13LP13, EM13LP16, EM13LP25, EM13LP33, EM13CHS605.

Caro Professor e cara Professora,

A seguir, foi organizada uma proposta didática em aulas voltadas para o ensino médio, em torno da temática Direitos Humanos, associada às necessidades da redação do Enem, mas que pode ser expandida para a necessidade de formação humana dos estudantes, para além dessa etapa do exame.

Tendo em vista a heterogeneidade dos alunos, é possível fazer adaptações no tempo de duração, nas etapas e na organização das atividades previstas. Se a escola tiver laboratório de informática, os alunos podem ser conduzidos a esse espaço para as pesquisas e produção do infográfico, se houver maior necessidade de acompanhamentos dos estudantes nessas etapas.

O primeiro passo será apresentar o gênero infográfico para os estudantes e as orientações para produzir, utilizando a fundamentação de Paiva e Gomes (2021) e os exemplos disponibilizados por Paiva no *link*: <https://profrancis.com.br/?p=3253>.

Posteriormente, o professor e a professora deverão destinar uma aula para tratar dos temas do infográfico: os sete princípios dos direitos humanos e separar os sete grupos, distribuindo os temas para que os estudantes possam fazer suas pesquisas.

O próximo passo será uma aula para os estudantes fazerem esboços à mão livre dos infográficos que eles irão produzir posteriormente no Canva, atentando-se para os exemplos de *templates* escolhidos a partir da primeira aula que ficarão projetadas pelo *data show*. Nesse esboço, os estudantes deverão disponibilizar as informações dos temas pesquisados de acordo com cada um dos sete princípios dos

direitos humanos que serão abordados, mais à frente, em uma seção específica. A aula seguinte será para os estudantes aprenderem a utilizar o Canva segundo a Matriz de Letramento Digital de Paiva e Gomes (2021), disponível no Anexo 1. Posteriormente os estudantes apresentarão os infográficos para a turma, podendo compartilhar em plataformas digitais, democratizando entre os colegas os conteúdos relacionados aos temas tangentes aos direitos humanos.

Agora, professor e professora, mãos à obra!

4.3 Objetivos da proposta prática

Esta proposta tem como objetivo principal oferecer possibilidades para que professores de Ensino Médio possam cumprir as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, trabalhando competências específicas de linguagem e suas tecnologias para o Ensino Médio previstas na BNCC de Língua Portuguesa e outras disciplinas, no que diz respeito aos direitos humanos, como por exemplo a competência 2 que propõe:

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018 p. 490).

Sobre a competência específica 3 e as habilidades, a BNCC ressalta ainda que:

No Ensino Médio, pretende-se que os estudantes ampliem o uso das linguagens de maneira crítica, levando em conta um aprofundamento da análise do funcionamento das diversas semioses para produzir sentidos. Os estudantes devem utilizar diferentes linguagens de maneira posicionada, assumindo uma ética solidária que respeite as diferenças sociais ou individuais e promova os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

(Brasil, 2018, p. 493).

Essa é outra competência-alvo desta monografia. Para cumprir tal competência, este trabalho valeu-se do uso de uma prática pedagógica por meio dos multiletramentos para produzir infográficos utilizando a ferramenta Canva, dialogando com a seguinte habilidade:

(EM13LP16) Utilizar softwares de edição de textos, fotos, vídeos e áudio, além de ferramentas e ambientes colaborativos para criar textos e produções multissemióticas com finalidades diversas, explorando os recursos e efeitos disponíveis e apropriando-se de práticas colaborativas de escrita, de construção coletiva do conhecimento e de desenvolvimento de projetos (Brasil, 2018, p. 509).

Enfim, o objetivo da atividade é oferecer essa possibilidade de trabalho para os professores realizarem com os estudantes fazendo com que eles aprendam sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, partindo dos sete princípios básicos dos direitos humanos, produzam infográficos com temas relacionados a esses princípios, mostrando dados, panorama atual, proposta de intervenção e, posteriormente, compartilhem esses infográfico com a classe. Com essa produção, espera-se ao final que os estudantes sejam preparados para enfrentar a redação do Enem, não ferindo os direitos humanos e cumprindo completamente a competência 5 da redação.

4.4 Objetivos de aprendizagem para os estudantes

O objetivo de aprendizagem para os estudantes será demonstrar, através dos infográficos, dados relacionados às pesquisas que farão sobre os temas escolhidos, relacionados aos sete princípios de Direitos Humanos que orientam a correção da redação do Enem, expressos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O infográfico será direcionado à própria turma, veiculado em *slides*

durante a apresentação. Caso professor e estudantes considerem relevante, os infográficos também podem ser divulgados na página da escola ou em *sites* abertos para outros interessados.

Os grupos deverão retratar os temas através de infográficos. Assim, além de aprender a produzir textos multimodais através de uma ferramenta digital, produzirão o material de forma colaborativa uns com os outros, compartilhando seus conhecimentos e enriquecendo as aulas.

4.5 Gênero infográfico (Aulas 1 e 2)

4.5.1 O que é infográfico e por que produzir?

A apresentação do gênero textual será feita com base nos estudos de Paiva e Gomes (2021), a partir dos conceitos dados por eles, utilizando os exemplos de infográficos criados no Canva também propostos pelos autores que têm o objetivo de <explicar para estudantes e professores como produzir infográficos no *Canva*= (Paiva; Gomes, 2021, p. 11).

Existem outras ferramentas de editoração gráfica; no entanto, o Canva foi escolhido porque a proposta prática desta monografia é fundamentada na <Proposta de matriz de produção de infográficos na escola: explorando a paisagem multimodal do *canva.com*=, de Paiva e Gomes (2021), e apresenta diversos recursos, possibilidades e facilidades que serão discutidas em seção posterior deste trabalho.

Sobre o conceito de infográfico, Paiva e Gomes (2021, p. 4) afirmam que:

O infográfico é um texto visual informativo muito recorrente na internet e em publicações impressas. Trata-se de um gênero de texto que informa, explica, conceitua um tema ou evento de

diferentes áreas do conhecimento, utilizando-se de recursos imagéticos, verbais, animações, sons e banco de dados. Ainda pode conter textos de outros gêneros em sua composição, inclusive outros textos visuais informativos como fluxogramas, gráficos, mapas e linhas do tempo.

Os autores apresentam três exemplos de infográficos criados no Canva e se apropriam da metalinguística como estratégia de apresentação do gênero textual, ou seja, usam, como tema do infográfico, o próprio infográfico. Assim, direcionam a criação de infográficos, passo a passo, oferecendo ao professor e ao estudante uma sequência para produção, oportunizando o ensino e a aprendizagem do gênero, de suas características e elementos estruturais. Esses exemplos estão disponíveis no *link* <https://profrancis.com.br/?p=3253> e podem ser exibidos para os estudantes em forma de aula expositiva, projetando os infográficos no *data show*, seguidos das explicações dos autores:

O infográfico da esquerda é organizado em fluxograma, cuja função é representar sequências de ações. [...] O infográfico da direita é organizado em uma linha do tempo, cuja função é indicar progressão temporal, o que sugere narração e análises graduais da história <narrada=. [...] O infográfico do centro é da ordem conceitual. Ele é um infográfico do tipo informação simultânea, que organiza informações para expô-las em uma relação parte e todo (Paiva; Gomes, 2021, p. 12).

Na aula expositiva, o professor poderá avaliar oralmente os estudantes sobre que caminho de leitura fazem ao visualizar o infográfico pela primeira vez e, assim, comparar com os elementos e o caminho de leitura mais recorrentes em um infográfico, de acordo com Paiva e Gomes (2021, p. 8): título, texto introdutório, legendas, imagens (centrais e marginais; maiores e menores) e textos periféricos (gráficos, tabelas, quadros, pequenas imagens etc.). Sugere-se chamar a atenção dos estudantes para esse padrão e orientá-los na leitura do gênero.

Com o auxílio do professor, posteriormente, os estudantes deverão escolher o *layout* de infográfico mais adequado para adaptar um texto dissertativo-argumentativo. Sugere-se o modelo da ordem conceitual,

pois:

São úteis para expor um objeto, fenômeno ou evento; como ele é, acontece ou funciona. Nessa organização centro e margem da informação, a informação no centro (o todo) é elaborada pelas informações nas margens (partes). A organização centro e margem da informação é ideal para representar imagetivamente o que no verbal foi escrito em listas, enumerações e tópicos. [...] a depender do tema, nos infográficos de informação simultânea, é possível utilizar também mapas conceituais, blocos de informação, organogramas e gráficos de eixo ou topologias. Todos esses layouts estão disponíveis no Canva. (Paiva; Gomes, 2021, p. 12)

Dessa forma esse modelo pode ser mais adequado para adaptar o modelo clássico da tipologia dissertativo-argumentativo 4 Introdução (tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (proposta de intervenção) 4 para um infográfico, pois oferece mais recursos, podendo organizar as partes do texto em blocos. Por exemplo, pode-se delimitar a introdução em um bloco, o desenvolvimento em uma organização centro e margem, através de mapas, organogramas e gráficos para explorar a parte argumentativa, e a conclusão em um último bloco, tomando sempre o cuidado para explorar os recursos de forma que as imagens e textos verbais se complementem.

Feita a apresentação do infográfico para os estudantes, observando as características do gênero, é importante fazê-los refletir sobre as mudanças tecnológicas pelas quais o mundo tem passado nas últimas décadas, as quais contribuem para a adoção e circulação desse gênero nas diversas esferas da sociedade, sobretudo devido à velocidade com que as informações têm circulado.

No mundo globalizado em que a comunicação se dá forma cada vez mais digital, é importante que seja implementada na educação, propostas que oportunizem o letramento digital, o saber ler, produzir e interpretar os textos desse universo. Por isso, esta monografia encontra nos estudos de Paiva e Gomes (2021) uma oportunidade de propor a produção textual desse gênero, associando os estudos dos direitos humanos como tema. De acordo com Paiva e Gomes (2021, p. 2):

[...] todos os profissionais da educação envolvidos com o ensino e com a aprendizagem de linguagens e suas tecnologias precisam considerar o uso de metodologias capazes de desenvolver e aprimorar as habilidades de produção de textos visuais informativos dos seus estudantes. Tais habilidades são necessárias para que possam participar da revolução pela qual passa o mundo do trabalho cada vez mais robotizado, controlado por inteligências artificiais, cuja linguagem é imagética: hologramas, esquemas, ícones, aplicativos, além de visualizações já conhecidas como gráficos matemáticos, fluxogramas, organogramas, infográficos entre outros.

Aprender a produzir infográfico é importante porque é uma ferramenta útil em diversos contextos, tanto pessoais como acadêmicos e profissionais. O infográfico ajuda a transmitir mensagens e dados de forma mais eficaz do que o texto unicamente verbal, tornando a comunicação mais fácil e dinâmica para um público amplo.

Isso se dá a partir das múltiplas possibilidades de disposição das informações visuais, como, por exemplo, em tópicos, e podem ajudar as pessoas a se lembrarem dos pontos-chave de uma mensagem ou apresentação. Com isso, infográficos podem ser mais acessíveis também para pessoas com dificuldades de leitura ou compreensão textual, tornando as informações mais inclusivas, correspondendo com uma diversidade mais abrangente de público.

Os infográficos são frequentemente compartilhados em redes sociais e *sites*, o que pode ajudar a divulgar informações ou promover produtos e serviços, campanhas publicitárias, conteúdo científico etc. Ao criar infográficos para apresentar dados e análises, é possível ajudar as pessoas a tomarem decisões com base em informações claras e visualmente atraentes.

Em resumo, aprender a produzir infográficos é importante porque melhora a comunicação, simplifica informações complexas, aumenta o envolvimento do público e permite que se conte histórias de forma visualmente atraente em uma ampla variedade de contextos. É uma habilidade valiosa que pode ser aplicada em diversas áreas da vida.

4.5.2 Tema dos infográficos: sete princípios dos Direitos Humanos (Aulas 3 e 4)

Para as produções, primeiramente definimos uma temática a ser abordada. Um dos critérios para não zerar a redação do Enem é não ferir os Direitos Humanos; no entanto, muitos de nossos estudantes não sabem quais são esses direitos aos quais não devem ferir. Por isso, torna-se fundamental o trabalho com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

O tema nos oferece um grande potencial interdisciplinar, então, o professor de Língua Portuguesa pode valer-se disso para convidar professores de outras disciplinas a intervirem na proposta. Os professores de História e de Geografia podem, por exemplo, abordar os contextos históricos e geopolíticos da DUDH; o professor de Matemática pode contribuir na análise quantitativa referentes aos subtemas, normalmente em forma de gráficos; o professor de Inglês pode contribuir para a familiarização dos termos em Inglês utilizados nos editores de textos, dentre outras possibilidades.

Para a leitura e exploração do texto, o professor de Língua Portuguesa deverá entregar para cada estudante uma cópia impressada DUDH e fazer a leitura compartilhada do texto, em voz alta, na sala de aula com os estudantes. Sugerimos a leitura com pausa protocolada, que é <uma técnica de leitura em etapas que envolve a produção de inferências fazendo com que haja uma interação entre aluno, texto e autor= (Gonçalves e Giacomazzo, 2019, p. 4 *apud* Coscarelli, 1996).

Como sugestão para essa leitura, o professor pode pedir para que cada estudante leia um artigo para toda a turma e, para cada artigo, peça a turma parar exemplos de situações vivenciadas ou testemunhadas por eles, ou situações que circulem em notícias de TV, de fatos que exemplifiquem a violação daquele direito presente no artigo em questão.

Por exemplo: <Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e

iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade= (Organização das Nações Unidas, 1946, p. 2). No entanto, podemos exemplificar a violação desse direito com as práticas de trabalho análogos à escravidão que ainda existem em regiões remotas do Brasil, práticas essas que configuram crime, pois violam a liberdade e tiram a dignidade da pessoa. O professor pode, ainda, interpelar os estudantes sobre o que é ser <dotado de razão e de consciência= e o que é <espírito de fraternidade=.

O Artigo 2º diz que:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (ONU, 1946, p. 2).

Porém, observamos ainda uma lentidão e ineficiência do acesso à justiça para as pessoas que não têm condições de pagar um serviço jurídico particular. Com isso, não podem invocar os direitos previstos na DUDH. Vemos, ainda, em notícias de TV, a falha da justiça ao condenar pessoas injustamente, privando-as de seu direito de liberdade previsto no Artigo I. Outra questão é a distinção de raça, cor, sexo e religião que vemos nas notícias com episódios de racismo, sexismo e preconceito religioso. Assim, o professor pode seguir adiante, lendo cada artigo e suscitando debates, trazendo à tona a realidade que confronta os Direitos Humanos.

Após a leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, será entregue para os estudantes cópias impressas do texto dos sete princípios que embasam a Educação em Direitos Humanos expressos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e que são utilizados para orientação da correção da redação do Enem. Então,

sugere-se a formação de sete grupos de alunos na turma. Com a ajuda do professor, os estudantes vão escolher um tema, entre as propostas de tema das redações anteriores do Enem, para cada um desses sete princípios. A seguir, listamos os princípios mencionados, seguidos de temas das últimas redações do Enem como sugestão e o esclarecimento do princípio trazido pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

I Dignidade humana (Redação Enem 2010. Tema: O trabalho na construção da dignidade humana):

Relacionada a uma concepção de existência humana fundada em direitos. A ideia de dignidade humana assume diferentes conotações em contextos históricos, sociais, políticos e culturais diversos. É, portanto, um princípio em que se devem levar em consideração os diálogos interculturais na efetiva promoção de direitos que garantam às pessoas e grupos viverem de acordo com os seus pressupostos de dignidade (Brasil, 2012, p. 9).

II Igualdade de direitos (Redação Enem 2019. Tema: Democratização do acesso ao cinema no Brasil):

O respeito à dignidade humana, devendo existir em qualquer tempo e lugar, diz respeito à necessária condição de igualdade na orientação das relações entre os seres humanos. O princípio da igualdade de direitos está ligado, portanto, à ampliação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais a todos os cidadãos e cidadãs, com vistas a sua universalidade, sem distinção de cor, credo, nacionalidade, orientação sexual, biopsicossocial e local de moradia (Brasil, 2012, p. 9).

III Reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades (Redação Enem 2016. Tema: Caminhos para combater o racismo no Brasil):

Esse princípio se refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do indivíduo deve ser complementado, então, com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social (Brasil, 2012, p. 9).

IV Laicidade do Estado (Redação Enem 2016. Tema: Caminhos para combater a diferença religiosa no Brasil):

Esse princípio se constitui em pré-condição para a liberdade de crença garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Respeitando todas as crenças religiosas, assim como as não crenças, o Estado deve manter-se imparcial diante dos conflitos e disputas do campo religioso, desde que não atentem contra os direitos fundamentais da pessoa humana, fazendo valer a soberania popular em matéria de política e de cultura. O Estado, portanto, deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do País, sem praticar qualquer forma de proselitismo (Brasil, 2012, p. 9).

V Democracia na educação (Redação Enem 2017. Tema: Desafios para a formação e educacional de surdos no Brasil):

Direitos Humanos e democracia alicerçam-se sobre a mesma base 3 liberdade, igualdade e solidariedade 3 expressando-se no reconhecimento e na promoção dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Não há democracia sem respeito aos Direitos Humanos, da mesma forma que a democracia é a garantia de tais direitos. Ambos são processos que se desenvolvem continuamente por meio da participação. No ambiente educacional, a democracia implica na participação de todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo (Brasil, 2012, p. 10).

VI Transversalidade, vivência e globalidade: cidadania e participação social (1999);

Os Direitos Humanos se caracterizam pelo seu caráter transversal e, por isso, devem ser trabalhados a partir do diálogo interdisciplinar. Como se trata da construção de valores éticos, a Educação em Direitos Humanos é também fundamentalmente vivencial, sendo-lhe necessária a adoção de estratégias metodológicas que privilegiem a construção prática destes valores. Tendo uma perspectiva de globalidade, deve envolver toda a comunidade escolar: alunos/as, professores/as, funcionários/as, direção, pais/mães e comunidade local. Além disso, no mundo de circulações e comunicações globais, a EDH deve estimular e fortalecer os diálogos entre as perspectivas locais, regionais, nacionais e mundiais das experiências dos/as estudantes (Brasil, 2012, p. 11).

VII Sustentabilidade socioambiental: desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito? (2001).

A EDH deve estimular o respeito ao espaço público como bem coletivo e de utilização democrática de todos/as. Nesse sentido, colabora para o entendimento de que a convivência na esfera pública se constitui numa forma de educação para a cidadania, estendendo a dimensão política da educação ao cuidado com o meio ambiente local, regional e global. A EDH, então, deve estar comprometida com o incentivo e promoção de um desenvolvimento sustentável que preserve a diversidade da vida e das culturas, condição para a sobrevivência da humanidade de hoje e das futuras gerações. (Brasil, 2012, p. 11).

É importante ponderar que as indicações dos temas das redações que atendem a Resolução 1 do CNE (2012) não teve o compromisso de apresentar aquelas posterior a 2012, pois os temas das redações nos exames anteriores já versavam sobre o assunto. Portanto, as indicações dos temas dos exames estão vinculados aos sete princípios dos direitos humanos. Diante disso, cumprem o objetivo de exemplificar os princípios da Diretriz em relação aos temas da redação.

Após a apreciação dos exemplos, cada grupo ficará responsável por pesquisar sobre um tema. Algumas questões poderão ser levantadas para a pesquisa, por exemplo, sobre o tema <O trabalho na construção da dignidade humana=: como eram as relações de trabalho inicialmente no Brasil?; quais foram as primeiras regulamentações trabalhistas?; o que a CF de 1988 traz sobre trabalho?; cenário atual do mercado de trabalho e emprego no Brasil; remuneração e subsistência; o que se pode mudar nesse cenário e o como mudar.

A pesquisa deverá ser realizada em casa e os estudantes poderão utilizar ferramentas digitais como o google docs para interagirem e produzirem, de forma colaborativa, um texto verbal, do tipo dissertativo-argumentativo, conforme as orientações para a redação do Enem. Essa proposta didática deverá ser executada depois de se ter trabalhado com os estudantes sobre os textos dissertativo-argumentativo, observando as cinco competências da redação do

Enem. Posteriormente, esse texto se transformará em infográfico.

4.6 Esboço à mão livre (Aula 5)

Depois de ter dividido a turma em sete grupos, conforme os temas sugeridos para abordagem, de eles terem produzido texto escrito e aprendido sobre o gênero infográfico, os grupos se reunirão para elaborar o infográfico à mão livre, em folha de papel branco.

Traçamos, de antemão, alguns critérios para a estrutura do texto em forma de infográfico: título; introdução: tese delimitando o assunto; desenvolvimento: argumentação, problemática e impressões; conclusão: proposta de intervenção (que não fira os Direitos Humanos). Além de apresentarem esse texto em formato de infográfico, deverá ser incluído nele também uma proposta de intervenção na apresentação para a turma, tudo em forma de infográfico.

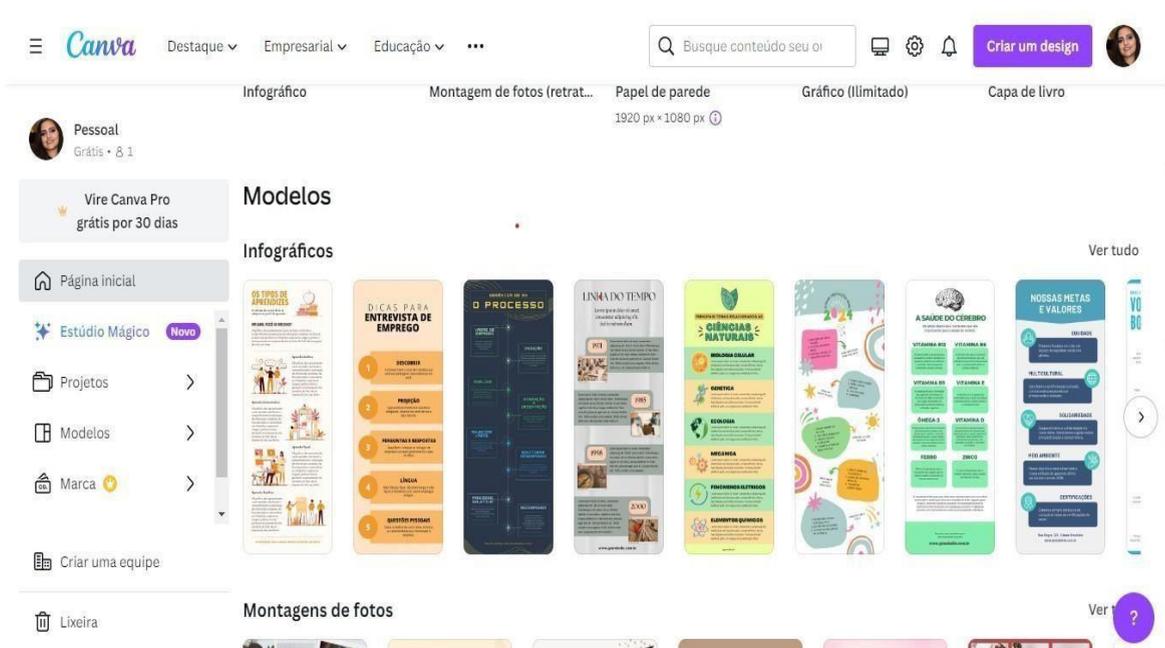
Feito isso, é importante enfatizar para os estudantes sobre a importância da integração das imagens com as partes verbais do infográfico. Sugere-se que cada parte da estrutura textual verbal seja integrada a uma imagem, de forma, que a imagem complemente o texto verbal e vice-versa. É importante exibir os exemplos de infográficos da matriz para que cada grupo tenha a autonomia de escolher e selecionar a mais adequada de acordo com sua criatividade.

Outro aspecto textual que podemos enfatizar com os estudantes sobre a organização textual no infográfico é a coesão conferida através da interação de textos verbais e não verbais, colaborando para a coerência global do infográfico, cumprindo com a função comunicativa. A primeira experiência de produção de texto multissemiótico pode servir para um engajamento mais aprofundado e análise prática de aspectos gramaticais desses gêneros.

4.7 Metodologia e Recursos (Aula 6)

4.7.1 Apresentação do Canva para a produção do infográfico

Figura 1 - Print da página do Canva.



Fonte: da autora.

O Canva, ilustrado na Figura 1, é uma ferramenta online de edição de imagens disponível em versão gratuita e em versão paga. Ele apresenta uma interface de usuário intuitiva e fácil de usar que não requer habilidades avançadas de design gráfico. Isso torna a criação de infográficos acessíveis para pessoas com diferentes níveis de experiência em design. Além disso, possui uma vasta biblioteca de elementos gráficos, incluindo ícones, ilustrações e fotos que podem ser incorporados facilmente em um infográfico, favorecendo a produção de trabalhos de alta qualidade. De acordo com a plataforma canva.com,

o Canva é uma plataforma online de design e comunicação visual que tem como missão colocar o poder do design ao alcance de todas as pessoas do mundo, para que elas possam

criar o que quiserem e publicar suas criações onde quiserem (canva.com, 2023).

A ferramenta permite também que várias pessoas trabalhem em um projeto ao mesmo tempo, facilitando a colaboração entre equipes na criação de infográficos, o compartilhamento e a incorporação de infográficos em *sites*, *blogs*, redes sociais e outros canais *online*. Assim, é possível explorar diversos recursos de trabalho em grupos com os estudantes, a depender da realidade de cada contexto.

Paiva e Gomes (2021, p. 3) reforçam que:

Essa plataforma possibilita a criação de conteúdo gráfico com layout quase profissional, pois há um vasto acervo de recursos visuais, dois bancos de imagens e fotos gratuitas, o Pexels e o Pixabay. Ela possui versão em língua portuguesa, aspecto que facilita sua utilização pelos estudantes, tornando-se, assim, mais acessível e compreensível a eles.

Dessa forma, consideramos que o Canva é uma ótima ferramenta para iniciantes e conseqüentemente possibilita seu uso no contexto de ensino- aprendizagem.

A apresentação da ferramenta Canva para os estudantes seguirá a <Matriz de letramento digital e visual para a produção de infográfico no Canva=>, elaborada por Paiva e Gomes (2021). Esses autores propõem uma sistematização da produção de infográficos nas escolas por meio da ferramenta Canva a partir dos domínios de aprendizagem propostos por Dias e Novais (2009), que são o contato, a compreensão e a análise.

De acordo com Paiva e Gomes (2021), o domínio <contato=> é entendido como <o processo de identificação das informações=> e reúne <os processos que requerem que o indivíduo apenas identifique as informações que lhe foram dadas, sejam elas um dado, um relato, um procedimento, uma função na interface=> (Dias; Novais, 2009, p. 10 *apud* Paiva; Gomes, 2021, p. 18).

Sobre a <compreensão=>, Paiva e Gomes (2021) esclarecem que

esse domínio <exige a modificação de um certo dado=. Valendo-se ainda dos conceitos de Dias e Novais (2009), reiteram que nesse domínio

a elaboração ainda não será de complexidade elevada; o indivíduo deverá ser capaz de usar uma informação original e ampliá-la, reduzi-la, representá-la de outra forma ou prever consequências resultantes da informação original (Dias; Novais, 2009, p. 10 *apud* Paiva; Gomes, 2021, p. 18).

Por fim, de acordo com Paiva e Gomes (2021), na <análise= como último domínio de aprendizagem, <é necessário separar uma informação em um dado componente e estabelecer relação entre eles=, e <o processo de análise pressupõe identificar aspectos centrais de uma proposição, verificar a sua validade, constatar possíveis incongruências lógicas= (Dias; Novais, 2009, p. 10 *apud* Paiva; Gomes, 2021, p. 18).

A Matriz está disponível no Anexo I desta monografia e pode ser impressa pelo professor para que prossiga o trabalho com estudantes. Ela está dividida em dois quadros. Os dois quadros perpassam os domínios de aprendizagem compreensão, contato e análise propostos por Dias e Novais (2009) e têm o objetivo de conduzir essa prática de letramento, que requer habilidades de letramento digital muitas vezes desconhecidas tanto por professores quando por estudantes.

O primeiro quadro contém descrição de habilidade para a <navegação na plataforma=. De acordo com Paiva e Gomes, esse quadro:

abrange a categoria de <contato= com a plataforma para acessar, conhecer superficialmente e identificar suas ferramentas para a produção textual. Há também a categoria de <compreensão=, cujo intuito é fazer o estudante identificar as categorizações de templates de infográficos no Canva. E por fim, na categoria de <análise=, em que se espera que o estudante possa comparar os diversos templates disponíveis e escolher o que melhor se adequa ao infográfico que deseja produzir (Paiva; Gomes, 2021, p.18).

Já o segundo quadro contém descrição de habilidades para a <produção do infográfico na plataforma=. De acordo com Paiva e Gomes (2021) ele,

[...] também está organizado conforme Dias e Novais (2009). No <contato=, dentro do tópico de produção, o estudante deve, a partir do template escolhido, verificar tudo o que pode ser editado a partir das partes clicáveis e identificar os componentes textuais necessários ao infográfico. Na categoria de <compreensão=, os estudantes devem elaborar o infográfico a partir da apropriação de todas as ferramentas de edição disponíveis na plataforma. (Paiva; Gomes, 2021, p. 18).

Seguindo adiante com a execução da proposta, será dada como tarefa para casa para os estudantes a execução das sequências da Matriz como instrução. A ferramenta Canva pode ser acessada no *link* https://www.canva.com/pt_br/about/. Os estudantes podem também acessar o tutorial em vídeo no YouTube: Canva - como usar do zero para iniciantes¹. Os integrantes de cada grupo podem usar o WhatsApp ou outra rede social para trocar ideias e planejarem o trabalho, além do Google Docs, para elaborarem o planejamento por escrito. Ao seguir os passos da Matriz, espera-se que os estudantes encontrem outras alternativas de interação em grupo para a realização do trabalho, como as próprias ferramentas da plataforma para trabalho em equipe.

Ao criar seu infográfico na ferramenta digital Canva, os estudantes poderão se apropriar de mais de um modelo, a depender das informações que o grupo pretende transmitir aos seus destinatários- leitores na transmissão do tema do texto.

A apresentação dos exemplos de infográficos de Paiva e Gomes (2021), separadamente, ao apresentar o gênero infográfico para os estudantes, servirá para que analisem a forma como eles apresentam as informações e que tipo de informações comportam, para que, assim, os estudantes possam se apropriar melhor desses exemplos, identificando-os na ferramenta digital.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K3vjcl3-XQM>. Acesso em: 27 set. 2023.

Embora esse estágio do trabalho seja dedicado ao conteúdo, pondera-se que, os aspectos socioemocionais dos estudantes permeiam toda a prática pedagógica proposta e deve ser considerada na dinâmica avaliativa. Portanto, para contribuir para a promoção das habilidades socioemocionais e consonância com os preceitos dos direitos humanos sugere-se a realização de um bate-papo com os estudantes para que reflitam "Como aulas como essas impactam na forma e no agir deles (individual e coletivamente) em sociedade".

4.8 Avaliação (Aula 7)

Ao final, cada grupo apresentará seu infográfico em sala de aula para toda a turma, projetando o infográfico por *data show*, abordando o tema escolhido, seguindo a estrutura proposta. Serão avaliados, além da estrutura proposta, os elementos relativamente estáveis do gênero infográfico, além da coesão dos elementos e a coerência geral do texto visual apresentado. Além disso, não podemos nos esquecer da avaliação sobre a compreensão dos estudantes dos Direitos Humanos e como eles conseguiram apreender suas questões específicas.

Com essa proposta de abordagem do infográfico espera-se contribuir para o letramento visual e digital dos estudantes, além de possibilitar o enriquecimento do repertório sobre temas de relevância social, de forma colaborativa de acordo com as tendências trazidas pelas TICs na atualidade. Além disso, espera-se que, com a abrangência de práticas de multiletramentos como essas, os estudantes possam influenciar e provocar mudanças em seu meio social, com propostas de intervenções reais no que diz respeito aos direitos humanos, contribuindo primeiramente para desenvolvimento colaborativo de suas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi pensada para a promoção da paz, é fruto de todos os preceitos dos direitos humanos enquanto direitos naturais, inerentes a todos os que nascem, sem prejuízo da liberdade ou do direito de algum semelhante.

A menção da teoria de Locke sobre os direitos naturais nessa monografia objetivou trazer à reflexão que os direitos humanos independem das diferenças sociais ou dos bens. As diferenças sociais, econômicas, étnicas e religiosas ainda são obstáculos na implementação de uma educação igualitária e orientada para a equidade, devendo abranger a educação em direitos humanos. A deficiência de uma educação de qualidade e a falta da educação em direitos humanos sustentam essas diferenças que prevalecem na sociedade brasileira.

Os documentos oficiais que regulamentam a educação e a educação em direitos humanos, apesar de apresentarem em seu teor uma parcialidade de propostas que contemplam a diversidade e de reconhecer em partes algumas falhas e desafios enfrentados pela diversidade contextual da educação brasileira, não garantem a implementação prática do ensino nesse âmbito. Professores devem acolher os desafios de adaptar a realidade à educação em direitos humanos, convivendo com tantas violações presentes nos cotidianos dos estudantes. A falta de recursos estruturais didáticos e tecnológico também traz limitações à educação e conseqüentemente à educação em direitos humanos.

A violação dos direitos humanos não deveria ser uma alternativa na prática discursiva de nossos estudantes em um exame de abrangência nacional como o Enem. Isso representa um retrocesso e coloca em xeque os princípios democráticos da igualdade e da tolerância, valores tão caros ressaltados pelos direitos humanos. A educação em direitos humanos deve ser um objetivo a ser perseguido e alcançado não somente por educadores, mas por toda a sociedade,

garantindo o equilíbrio social e o gozo dos direitos e o cumprimento dos deveres por todos. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos mostram que alguns passos estão sendo dados no sentido da promoção da educação. Falta que autoridades ponham em debate nos meios educacionais documentos como esses, juntamente com alternativas práticas para sala de aula, oportunizando o docente a trabalhar com os estudantes esses conteúdos de forma a identificá-los no contexto de suas realidades.

A proposta prática trazida por este trabalho visa oferecer ao professor um modo de abordagem dos Direitos Humanos a partir dos sete princípios que regem os direitos humanos, identificando um tema de redação do Enem correspondente a cada um desses princípios. O objetivo é mostrar para o estudante como a discussão desse princípio pode ser abordado em sociedade por meio do gênero textual infográfico através da ferramenta digital Canva.

Espera-se que, com isso, os jovens possam se mobilizar para transformação de seu meio social, difundindo e pondo em prática os Direitos Humanos, tanto na prática discursiva da redação do Enem como em sua realidade cotidiana.

REFERÊNCIAS

- BALERA, Wagner; LIMA, Carolina Alves de Souza. *Enciclopédia Jurídica da PUCSP*, tomo XII (recurso eletrônico): direitos humanos. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 514-533.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2020*: cartilha do participante. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASÍLIA. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Ação Civil Pública. *Associação Escola Sem Partido versus Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Brasília, 3 de novembro de 2016.
- COSCARELLI, Carla Viana. O ensino da leitura: uma perspectiva psicolinguística. In: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. Maceió: Imprensa Universitária, dez.1996. p. 163-174.
- DIAS, Marcelo Cafiero; NOVAIS, Ana Elisa Novais. Por uma matriz de letramento digital. III Encontro Nacional Sobre Hipertexto. *Anais...* Belo Horizonte, CEFET- MG, 2009.
- DIONÍSIO, A. P.; NASCIMENTO, R. *Verbetes enciclopédicos: gráfico e infográfico*. Recife: Pipa, 2013.
- FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETTO, Melina Casari. Educação e Direitos Humanos: desafio para a escola contemporânea. *Cadernos CEDES*. Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 30, n. 81, p. 233-249, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KYK3qM4zNL6zvZdHb54pzft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*.

São Paulo: Unesp, 2000.

FREITAS, Fabiana Martins de; RODRIGUES, Jacinta Antônia Duarte Ribeiro. Letramento digital, multimodalidade e multiletramentos: desafios e caminhos possíveis para a educação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 304–323, 2022. DOI: 10.5965/1984723823522022304. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20940>. Acesso em: 28 set.2023.

FRANCISCO, Marques Sampaio; FARIAS, Thyago Teixeira. O Infográfico como uma estratégia discursivo-argumentativa em textos motivadores da redação do Enem. *Revista Docente: Ensino e Aprendizagem das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Fortaleza, v. 5, n. 12, 2020.

GASPAR, João Paula Moreira. Educação em direitos humanos: desafios e perspectivas nos dias atuais. *Revista Jus Brasil*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/educacao-em-direitos-humanos-desafios-e-perspectivas-nos-dias-atuais/557110427>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONÇALVES, Leila Laís; GIACOMAZZO, Graziela Fatima. Integração de mídias digitais no ensino fundamental: experiências com a leitura protocolada. *Criar Educação*, Criciúma, v. 8, nº1, jan/jul 2019. PPGE – UNESC.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MARTINS, Carlo Moraes. *Liberdade de expressão e discurso de ódio: os fundamentos jurídicos da (im)possibilidade de atribuição de nota zero à redação que desrespeita os direitos humanos no Enem*. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

NAGIB, Miguel. O boi de piranha do Enem. *Veja*, 2015 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/o-enem-e-um-manual-de-guerrilha-em-forma-de-quiz>. Acesso em: 26 set. 2023.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de; SILVEIRA, Treicy Giovanella da. O Enem e os direitos humanos: entre os avanços e retrocessos de uma agenda. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 26, p. 209-233, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/43947884/O ENEM e os direitos humanos entre os a van%C3%A7os e retrocessos de uma agenda](https://www.academia.edu/43947884/O_ENEM_e_os_direitos_humanos_entre_os_a_van%C3%A7os_e_retrocessos_de_uma_agenda). Acesso em: 09 set. 2023.

OLIVEIRA, F.. A. G. de; GOMES, J. de S. LOCKE: Entre os direitos naturais e universais. *Polymatheia - Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 3, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/6532>. Acesso em: 28 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 28 set. 2022.

PAIVA, Francis Arthuso. A leitura de gênero textual multimodal: a hipertextualidade do infográfico. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. *Anais...* v.2, 2009.

PAIVA, Francis Arthuso; GOMES, Valdiene Aparecida. Proposta de matriz de produção de infográficos na escola: explorando a paisagem multimodal do canva.com. *Revista do Sell*, v. 10, n. 2, p. 1-26, 2021.

PAIVA, Francis Arthuso. *Como produzir Infográficos com seus alunos?* Disponível em: <https://profrancis.com.br/?p=3253>. Acesso em: 27 set. 2023.

POZZATTI JUNIOR, Ademar; MARTINS, Carlo Moraes. Direitos Humanos e Discurso de ódio na redação do Enem: Uma reflexão a partir do debate entre Jeremy Waldron e Ronald Dworkin. 5º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE. *Anais...* Santa Maria, 2019.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. *Espaço temático: Política, Ciência e Mundo da Redes*. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, set./dez. 2020.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 264p.

SAMPAIO, Francisco M.; FARIAS, Thyago T. O infográfico como uma estratégia discursivo-argumentativa em textos motivadores da redação do Enem. *Revista Docentes*, v. 15, n. 2, p. 44-53, 2020. Disponível em: <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br/index.php/revistadocentes/article/view/257/113>. Acesso em: 18 mar 2021.

SATHLER, André Rehbein; FERREIRA, Renato Soares Peres. Declaração Universal dos Direitos Humanos comentada [recurso eletrônico] / André Rehbein Sathler, Renato Peres Ferreira. – 1. ed. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

SILVA, Otacílio Rodrigues da. A doutrina lockiana dos direitos naturais como fundamentação da defesa dos direitos humanos. *Síntese - Rev. de Filosofia*, v. 32 n. 104, p. 401-428, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

TEIXEIRA, Elaine; SILVA, Bárbara Amaral da [orgs.] *Metodologias Ativas e Multiletramentos no Ensino de Linguagens*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 210 p.

POZZATTI JUNIOR, Ademar; MARTINS, Carlo Moraes. Direitos Humanos e Discurso de ódio na redação do Enem: Uma reflexão a partir do debate entre Jeremy Waldron e Ronald Dworkin. 5º CONGRESSO INTERNACIONAL DE

DIREITO E CONTEMPORANEIDADE. *Anais...* Santa Maria, 2019.

TONELLO, Márcia N. et. al. *Enem: o que é preciso saber sobre direitos humanos para a redação*. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/o-que-e-preciso-saber-sobre-direitos-humanos-para-a-redacao-do-enem/>. Acesso em: 18 mar 2021.

UFMG. *Especialistas defendem nota zero para redação do Enem que violar direitos humanos*. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/especialistas-defendem-nota-zero-para-redacao-do-enem-que-violar-direitos-humanos>. Acesso em: 09, set. 2023.

ANEXO 1

Quadro 1: Matriz de práticas de letramento para a produção de infográfico no Canva.

1 Navegação na plataforma		
Domínios	Descritor	Detalhamento
Contato	<p>Acessar a página inicial do Canva através do navegador Entrar e navegar pela plataforma</p> <p>Localizar os <i>templates</i> de infográficos</p> <p>Diferenciar os <i>templates</i> gratuitos daqueles que são pagos</p>	<p>Abrir uma conta na plataforma, usar o <i>e-mail</i> para registrar-se ou as contas do <i>Google</i> ou <i>Facebook</i>.</p> <p>Percorrer com a barra de configuração, à direita da página inicial, para distinguir todos os <i>designs</i> disponíveis.</p> <p>Identificar todos os <i>templates</i> disponíveis.</p> <p>Reconhecer que há <i>templates</i> que podem ser usados gratuitamente e outros que devem ser pagos.</p>
Compreensão	<p>Identificar as categorizações dos <i>templates</i></p> <p>Distinguir as funções dos recursos de <i>upload</i>, fotos, elementos, texto, música, vídeo, fundo etc. Esses botões estão mais à esquerda da página</p> <p>Identificar a função zoom e a apresentação em tela cheia que ficam no canto direito abaixo do <i>template</i></p>	<p>Identificar as categorias de <i>template</i> pelos mecanismos de busca</p> <p>Distinguir as funções de cada elemento disponível para selecionar os que serão usados.</p> <p>Para melhor visualizar os textos verbais digitados e as imagens, pode-se clicar na função <i>zoom</i> e para visualizar o trabalho completo usar a função tela cheia.</p>

Análise	<p>Comparar os <i>templates</i></p> <p>Selecionar o <i>template</i> adequado</p>	<p>Comparar os <i>templates</i> para escolher o tipo de infográfico: informação simultânea ou narrativo.</p> <p>Selecionar e clicar no <i>template</i> que melhor se adequa ao objetivo de visualização de informação.</p>
---------	--	--

2 Produção do infográfico		
Grupo	Descritor	Detalhamento
Contato	<p>Identificar as funções disponíveis para a edição do <i>template</i> escolhido</p> <p>Localizar a caixa de texto a que se refere o título, texto introdutório e legendas</p> <p>Localizar o menu vertical de edição mais à esquerda da página</p> <p>Localizar as funções de compartilhamento do infográfico produzido e como fazer o <i>download</i></p>	<p>Ver as partes do <i>template</i> que podem ser modificadas: partes editáveis (caixas de texto, título, desenhos, ícones, linhas, cores, fontes etc.)</p> <p>Reconhecer visualmente a localização da caixa de texto para digitar o título, texto introdutório e legendas (textos verbais)</p> <p>Reconhecer que há opções de modificação no <i>template</i>, em que há a possibilidade de inserir diversos elementos, fazer upload de imagens, músicas e vídeos, mudar o formato e a fonte do texto, usar áudios gratuitos disponíveis, dentre outros.</p> <p>Reconhecer as funções de <i>download</i>, compartilhar, apresentar e etc.</p>
Compreensão	<p>Saber como usar as caixas de texto verbal e escrever</p> <p>Saber como inserir ou modificar as imagens ou ícones</p>	<p>Compreender que para adicionar textos verbais, deve-se clicar nas caixas, digitar ou copiar e colar. Nessa mesma caixa pode-se configurar detalhes como cor e fonte. Produzir legendas expositivas ou narrativas a depender do tipo de infográfico escolhido.</p> <p>Perceber que ao clicar sobre as imagens, pode-se substituí-las e usar outras disponíveis na plataforma, clicando no banco de imagens ou fazendo <i>uploads</i> (busca no computador).</p>

	<p>Identificar os modos de configurar cores de fundo e texturas</p> <p>Posicionar os elementos no <i>template</i></p>	<p>Entender que é possível modificar a cor de fundo ou as texturas do infográfico (saliências, molduras, caixas etc.), clicando sobre o ícone <fundo=, ou apenas no fundo de cada elemento do infográfico.</p> <p>Posicionar a imagem central, imagens da margem, aproximar legendas das suas imagens e imagens da periferia (considerar os blocos de texto também como imagens arrastáveis).</p>
--	---	--

Fonte: Paiva e Gomes (2021, p. 20-22).